

junto aos poderes executivo e legislativo - enfim, existia um acúmulo de experiência nesta área, advinda da luta durante os processos constituintes federal, estadual e municipal e pela aprovação do ECA.

Porém, após regulamentados, estamos hoje na tentativa de fazê-los funcionar.

Se por um lado possuímos experiência para mobilização/regulamentação dos Conselhos, por outro não temos experiência acumulada de participação num organismo como este, onde deveremos estar preparados para propor políticas e negociar possibilidades de viabilizá-las. Portanto este não é um fórum de denúncias. É um fórum de construção/implementação de políticas o que exige de nossa parte um outro tipo de competência política e técnica para intervir nesta arena, por isso a realização de cursos de capacitação de conselheiros mostra-se imprescindível.

Dois outros aspectos mostram o nível de complexidade de demandas hoje postas para o MNM/MR:

1. Relação com entidades e organismos internacionais - as relações internacionais apresentam ao Movimento a necessidade de uma maior clareza e definição frente à política internacional, às relações Norte e Sul e suas implicações num projeto de sociedade planetária que se pretenda humana e democrática. É preciso ultrapassar a ação de denunciar no exterior para provocar pressão no governo brasileiro, assim como a se limitar a cooperação em termos financeiros. Precisamos construir mecanismos mais sólidos de cooperação que possam intervir de forma mais consequente nos caminhos para o desenvolvimento, sensibilizando a sociedade primeiro-mundista e pressionando seus governantes a adotarem políticas que colaborem efetivamente com uma proposta de desenvolvimento sem desigualdades entre Norte e Sul.

2 - Pacto pela Infância - a articulação de diversas forças políticas em torno da problemática da infância é um fenômeno novo para o Brasil e, sobretudo, novo para nós. Nosso campo de articulação sempre concentrou-se nos setores ditos "progressistas", de "esquerda", "popular" da sociedade. Entrar numa articulação onde estão presentes Ministros, personalidades públicas de diversas tendências, centrais sindicais (Força Sindical e CUT), partidos políticos (da "esquerda" a "direita"), empresários e

movimentos; é realmente algo novo e complicado. Contudo, nos parece que a questão da criança, no atual momento de nossa história, nos leva a vislumbrar possibilidades de articulação com setores liberais da sociedade, visando a ampliação das condições de cidadania da população infanto-juvenil do nosso país.

É dentro de todo esse contexto de demandas que temos, também, de fomentar o processo de organização, que tão complexo, quanto os outros aspectos já levantados, mostram-se para nós.

Pensar e atuar na mobilização de jovens não é fácil. Compreender seus interesses, suas dinâmicas não querer se manipulador e impor nossas formas de organização são as grandes entre outras questões que devemos enfrentar neste campo. E a formação de educadores enquanto necessidade de se resgatar a pedagogia do atendimento na perspectiva da pedagogia do direito, formar quadros no movimento e capacitar conselheiros dos direitos da criança, é um grande desafio a ser enfrentado.

Como se não bastasse tantas demandas, estamos enfrentando um processo de falta de disponibilidade de tempo dos militantes (voluntários) para dar conta de tudo, pois o quadro de funcionários de Movimento não pode, pelos estatutos, responder a condução política do MNM/MR e mesmo que pudesse não seriam suficientes para, além de suas responsabilidades, atender a outras demandas.

Portanto, a estrutura hoje do Movimento parece não responder de forma satisfatória as demandas, obrigando-nos a repensar estratégias de intervenção mais adequada à nossa realidade, definindo, inclusive, até onde queremos crescer e quais as demandas que se fazem prioritárias neste momento. Além disso nossa estrutura proporciona o surgimento de bolsões, em todos os níveis (nacional, estadual e local), de acúmulo/concentração de informações e discussões, dificultando sua socialização e democratização.

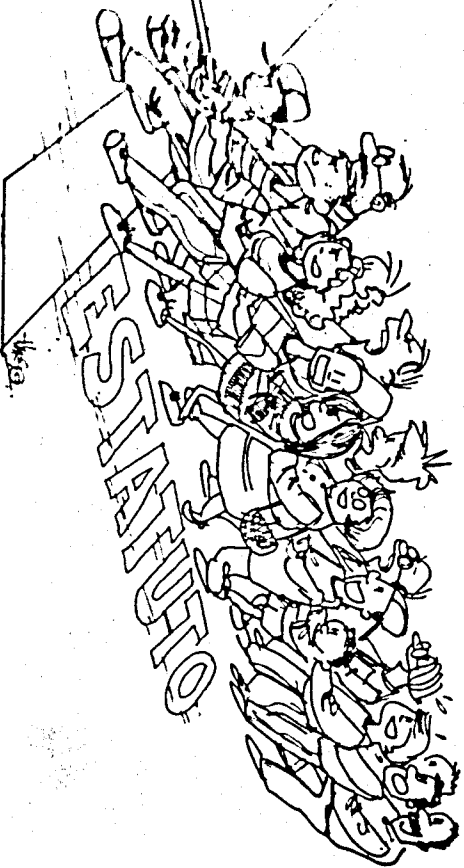
É um pouco essa a nossa trajetória e este o nosso momento. Nada foi premeditadamente esboçado fomos construindo um movimento que interfere na sociedade e sofre suas (da sociedade) interferências. Por isso, estamos hoje aqui tendo de dar uma parada para pensarmos melhor no rumo que queremos tomar.

Desta forma podemos afirmar que as discussões que aprovaram os novos estatutos do Movimento e o Documento de Teses e Propostas 90/92 foram extremamente maduras e fecundas, porém muito ainda tem de se pensar para compreender e qualificar o que moveu, de fato, àquelas eleições.

1.4 O panorama nacional do período pós-aprovação do Estatuto retrata um país de escândalos de corrupção no governo Federal, envolvendo primeiro e segundo escalões da administração pública (CBLA, CBA, Ministério da Saúde, Ministro do Trabalho, ministro da Ação Social), e de uma profunda crise recessiva na economia.

Os dois ministérios centrais da política do governo Collor para área da infância, Ministério da Saúde - responsável pelo projeto do Ministério da Criança - e Ministério da Ação Social - estrutura na qual vincularam-se LBA e CBLA - e seus respectivos ministros foram um dos que ocuparam mais vezes as páginas "político-policiais" de nossa imprensa.

Este feito nos dá indícios claro de como em linhas gerais, a questão da criança e do adolescente tem "prioridade" nesse Governo.



A participação do MNMNR no grupo de trabalho do Ministério da Justiça foi uma das ações que visavam o combate ao extermínio

Aliado a este aspecto específico da política destinada à infância, temos a recessão. Pois, ao afetar os trabalhadores, ela influencia nas condições de vida das crianças, provocando a necessidade, para os jovens, de buscar estratégias de sobrevivência, seja trabalhando nas ruas, pedindo, "roubando", ou, até mesmo se "empregando" na organização do tráfico, para de alguma maneira "participar" da vida social, econômica e política do País.

Com o Estatuto aprovado e a decisão de torná-lo realidade na vida dos meninos e meninas é que o Movimento e as organizações não-governamentais, que comungam com a filosofia do ECA, procuraram estabelecer suas estratégias de intervenção na realidade.

Na tentativa de combater o extermínio e quebrar o ciclo de impunidade, participamos de um grupo de trabalho ligado ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - Ministério da Justiça - formada por representantes do Ministério da Justiça, OAB, CNBB, fórum DCA, CBLA e Movimento Nacional de defesa dos Humanos, com o objetivo de elaborar um plano de combate à violência.

A denúncia da violência cresceu e diversos militantes do Movimento, educadores sociais e meninos e meninas tiveram suas vidas ameaçadas.

Nesse contexto de ação/intervenção no combate à violência, as entidades de luta por direitos das crianças - se proletarizaram nacional e internacionalmente transformando-se desta forma em alvo dos setores reacionários da sociedade, principalmente àquelas ligados à prática de extermínio e defesa da pena de morte. Neste sentido, é que a situação vivida e relatada pelo companheiro Volmer do Nascimento, em abril de 1991, é utilizada para, não só, desmoralizá-lo, mas também, e, principalmente desmoralizar o conjunto das entidades envolvidas no combate à violência.

Outra ação marcante neste momento foi e está sendo a mobilização da sociedade visando a implantação dos conselhos dos direitos, sua regulamentação e funcionamento.

Desencadear o processo de regulamentação dos conselhos em seus diversos níveis, nos parece que foi tranqüilo. Dominávamos o tema, linhamos discussões sobre os princípios norteadores da regulamentação, possuíamos trânsito e legitimidade para provocarmos a mobilização - tanto junto a sociedade civil quanto